
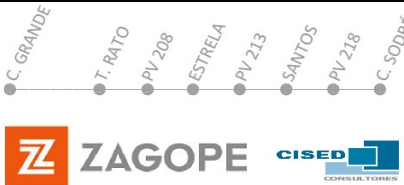


**PROLONGAMENTO ENTRE A ESTAÇÃO RATO (LINHA AMARELA) E A ESTAÇÃO
CAIS DO SODRÉ (LINHA VERDE), INCLUINDO AS NOVAS LIGAÇÕES NOS VIADUTOS
DO CAMPO GRANDE**

**LOTE 1 – PROLONGAMENTO ENTRE O TÉRMINO DA ESTAÇÃO DO RATO E O
TÍMPANO NORTE DA ESTAÇÃO SANTOS (PK 0+000 AO PK 1+319,729)**

ALTERAÇÕES								
	A	REVISÃO GERAL. INCLUÍDO OS COMENTÁRIOS DO ML			2020-12-29			
	0	EMISSÃO INICIAL			2020-11-17			

Aprovado		LINHAS VERDE E AMARELA				 Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	
Data		LOTE 1 PROJETO DE EXECUÇÃO					
Aprov.		AMBIENTE RECAPE ANEXO XII ESTUDO PAISAGEM HISTÓRICA URBANA DE LISBOA RECAPE 22				Escalas	Doc. n.º 115020 F. _____
Verif.						Alter.	_____
Proj.	-					Substituído	_____
Des.	-					Substituído N.º SAP	_____
				Versão	_____	Folha	_____

Contr.	MC	Documento n.º								
Verif.	SN	RACS	PE	AMB	LT1	000	AN		41012	A
Aprov.	IJ	Folha								
Elab.	CM	01/23								
Data	2020-11-17	Substituído								

PREÂMBULO

O presente documento integra as peças que acompanham o relatório final de RECAPE, tendo por objetivo o estudo e análise do Projeto de forma a minimizar os impactes no património, vegetação e na bacia visual, em particular, as propostas que se localizem em espaço público.

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	1
2	RECOMENDAÇÃO DA CONDERÊNCIA GERAL DA UNESCO	2
3	PAISAGEM HISTÓRICA URBANA DE LISBOA	3
4	ENQUADRAMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	5
4.1	Contexto global	5
4.2	Contexto Local	7
5	ANÁLISE DO PROJETO.....	9
5.1	Poço de Ventilação (PV) 208	10
5.2	Envolvente à Estação da Estrela	12
5.3	Poço de Ventilação (PV) 213	15
6	MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO	17
7	CONCLUSÃO	19
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20

1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Anexo XII do RECAPE - RACS-PE-AMB-LT1-000-AN-41012 e é relativo aos elementos a entregar em RECAPE ponto 22 - Estudo com análise e avaliação da “Paisagem Histórica Urbana” (pelos parâmetros do ICOMOS-Unesco) conforme recomendação da Unesco, dado que a área de intervenção é abrangida pela candidatura “Lisboa Histórica, Cidade Global” da Câmara Municipal de Lisboa a Património da Unesco e integra a Lista Indicativa de Portugal ao Património Mundial, desde 2016.

De salientar, que o Projeto de Execução objeto do presente RECAPE foi desenvolvido e alterado tendo em consideração as medidas definidas na DIA, especificamente no que se refere às delimitações oficiais dos bens imóveis patrimoniais classificados e em vias de classificação, respetivas zonas de proteção legal em vigor, e dos bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis, evitando a respetiva afetação. Em que se destaca o acesso à Estação da Estrela. A solução agora apresentada permite minimização da afetação do espaço urbano na fase de construção, e em particular na fase de exploração.

Com a elaboração do presente estudo pretende-se demonstrar a integração do projeto, em particular, as componentes à superfície localizadas em espaço público, com a envolvente, do ponto de vista paisagístico, de forma a minimizar os impactes no património, na vegetação, e na bacia visual, onde ocorrerão as alterações propostas, conforme estabelecido na DIA para o Lote 1 - Prolongamento entre o Término da Estação do Rato e o tímpano norte da Estação Santos (PK 0+000 ao PK 1+319,729).

A análise efetuada tem por base os estudos desenvolvidos no âmbito do EIA, as alterações do Projeto entre as fases de Estudo Prévio e Projeto de Execução e respetivas alterações relativamente aos impactes na fase de construção e exploração, designadamente para as componentes da paisagem, património e vegetação.

Nesta fase ainda não se encontra desenvolvido o Projeto de Execução de Integração Paisagística estando, no entanto, já definidas as soluções conceptuais a aplicar aos espaços interferidos, as quais que foram apresentadas no Programa Preliminar de Arquitetura Paisagista e replicadas no relatório Base do RECAPE e resumidas no capítulo 5 do presente documento.

O projeto desenvolve-se em grande parte em túnel, existindo apenas três elementos emergentes à superfície que correspondem ao PV208, Estação da Estrela e o PV213, pelo que o presente relatório incidirá nesses locais.

2 RECOMENDAÇÃO DA CONDERÊNCIA GERAL DA UNESCO

De acordo com a Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana, aprovada pela Resolução adotada no relatório da Comissão CLT na 17ª reunião plenária, a 10 de novembro de 2011, as áreas históricas e arquitetónicas (incluindo vernáculas) "serão consideradas como significando qualquer grupo de edifícios, estruturas e espaços livres, incluindo as estações arqueológicas e paleontológicas, que constituam povoamentos humanos em meio urbano ou rural, cuja coesão e valor, sejam reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetónico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural. Entre estas áreas, cuja natureza é muito variada, podem distinguir-se, em especial, as seguintes: os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros antigos, as aldeias e o casario, bem como os conjuntos monumentais homogéneos, tendo presente que estes últimos deverão, em regra, ser cuidadosamente conservados sem alterações". (...) "As áreas históricas urbanas de maior ou menor dimensão, incluem as cidades, as vilas e os centros ou bairros históricos, juntamente com a sua envolvente natural ou construída pelos humanos. Para além do seu papel como documentos históricos, estas áreas dão corpo aos valores das culturas urbanas tradicionais".

De acordo com o mesmo documento, o património urbano compreende três categorias principais:

1. O património monumental de excecional valor cultural;
2. Os elementos do património que não possuem valor excecional mas apresentam coerência em relativa abundância;
3. Os novos elementos urbanos a serem considerados (por exemplo):
 - a. a forma de construção urbana;
 - b. os espaços abertos: ruas, espaços públicos ao ar livre;
 - c. as infraestruturas urbanas: redes materiais e equipamentos.

De acordo com o referido documento, "a paisagem histórica urbana é a área urbana que resulta da estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais, que transcende a noção de "centro histórico" ou de "conjunto histórico" para incluir o contexto urbano mais abrangente e a sua envolvente geográfica. Este contexto mais abrangente inclui, nomeadamente, a topografia, a geomorfologia, a hidrologia e as características naturais do local, o ambiente construído, tanto histórico como contemporâneo, as suas infraestruturas à superfície ou subterrâneas, os espaços livres e os jardins, os padrões de ocupação do solo e organização espacial, as perceções e relações visuais, assim como todos os outros elementos da estrutura urbana. Inclui, igualmente, as práticas e os valores sociais e culturais, os processos económicos e as dimensões imateriais do património, enquanto vetores de diversidade e identidade". (...) "A abordagem da paisagem histórica urbana tem por finalidade preservar a qualidade do ambiente humano, melhorando a utilização produtiva e sustentável dos espaços urbanos, embora reconhecendo o seu carácter dinâmico e promovendo a diversidade funcional e social. Integra os objetivos de conservação do património urbano com os de desenvolvimento económico e social. Baseia-se numa relação equilibrada e sustentável entre o ambiente urbano e o natural, entre as necessidades das gerações presentes e futuras e o legado do passado.

A Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana, aprovada pela UNESCO a 10 de novembro de 2011, apresenta um conjunto de diretrizes, que no âmbito do presente relatório destacamos a seguinte recomendação: “ *integrar os valores do património urbano e o seu estado de vulnerabilidade num quadro mais amplo de desenvolvimento urbano, que deverá dar indicações sobre as áreas de sensibilidade patrimonial que requerem atenção cuidada relativamente ao planeamento, conceção e implementação de projetos de desenvolvimento.*”

3 PAISAGEM HISTÓRICA URBANA DE LISBOA

A Comissão Nacional da UNESCO é a entidade responsável pelo acompanhamento, em Portugal, da Convenção da UNESCO para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. A 30 de maio de 2016 ficou concluído o processo de atualização da Lista Indicativa de Portugal ao Património Mundial, que constitui um pré-requisito indispensável para a candidatura de Bens a Património Mundial. A Lista Indicativa atualizada integra 21 Bens, contemplando, na cidade de Lisboa, o “Aqueduto das Águas Livres”, “Lisboa Pombalina” e “Lisboa Histórica, Cidade Global”.

De acordo com a Câmara Municipal de Lisboa¹, “o *Comité do Património Mundial da UNESCO validou a candidatura “Lisboa Histórica, Cidade Global” à Lista Indicativa de Portugal a Património Mundial na 41ª reunião que decorreu na Polónia, na cidade de Cracóvia.*”

De acordo com a mesma entidade “*A candidatura identifica o palimpsesto da cidade, reconhecível nas diferentes camadas territoriais e culturais de uma urbe em permanente transformação. Desta evolução, em constante adaptação a um relevo complexo e afeiçoando-se à pré-existência, resulta a Lisboa Histórica, singular entrelaçado de tecidos urbanos, testemunho de uma história milenar de intercâmbio de culturas, povos e religiões. Realça dois momentos da cidade que constituíram marcos decisivos na sua evolução - os Descobrimentos, no século XV, e o Terramoto de 1755 - momentos em que a cidade se atualizou adotando as correntes do pensamento inovador da Europa. A cidade medieval cresceu até ao rio e transformou-se na Cidade Global que mais tarde se reconstruiu como iluminista.*”

Abrange o território envolvido pela Cerca Fernandina, e ainda Santa Clara, São Vicente e Mouraria, incluindo assim os tecidos urbanos mais antigos da cidade, os colégios jesuítas (Santo Antão-o-Velho, Santo Antão-o-Novo e Noviciado da Cotovia), enquanto locais de ensino de matérias científicas que constituíram grande contributo para a navegação, o Bairro Alto e o Mocambo, criados na sequência dos Descobrimentos, e a frente ribeirinha, de forte dinâmica, entre o Cais do Sodré e Santa Apolónia. Inclui ainda os principais miradouros da cidade, que permitem uma sucessão de pontos de vista de elevada qualidade cénica.

É uma candidatura abrangente e integrada, construída segundo a abordagem Paisagem Urbana Histórica, que se estende além da noção convencional de centro histórico e valoriza o contínuo histórico e espacial. Segundo a definição

¹ <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/candidaturas-a-unesco>

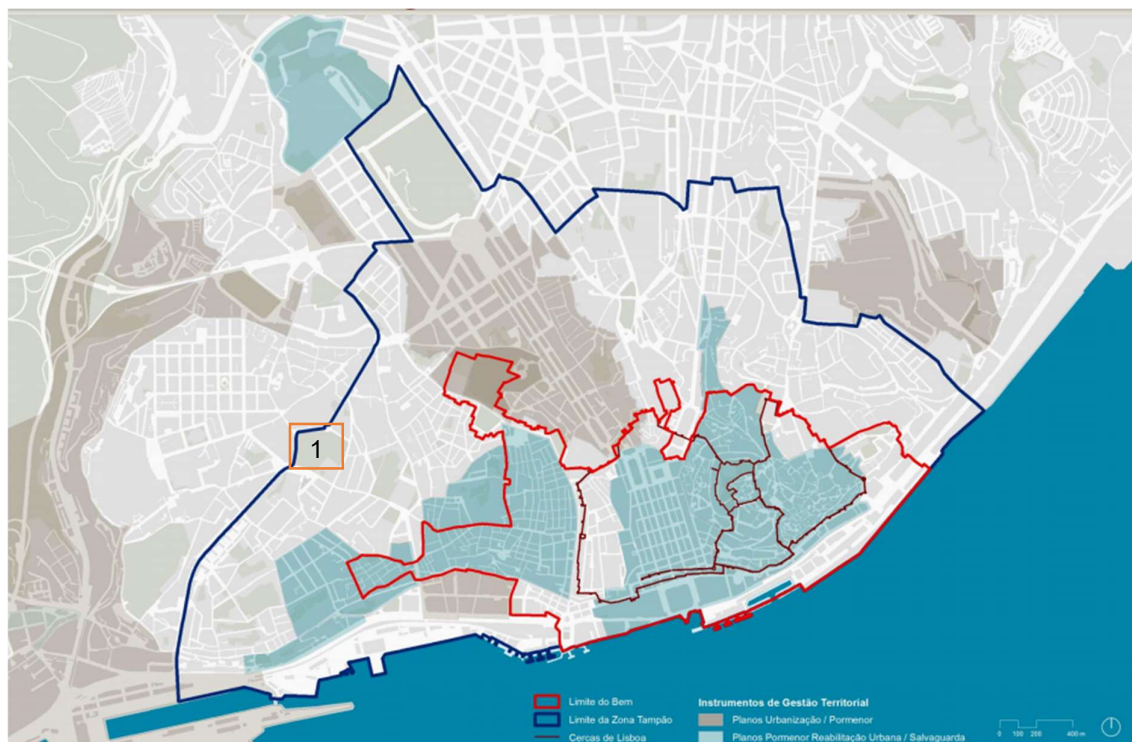
da UNESCO, esta abordagem, expressa nas Recomendações sobre a Paisagem Urbana Histórica, inclui, designadamente, a “topografia do local, a geomorfologia, hidrologia e recursos naturais; o seu ambiente construído, tanto histórico como contemporâneo; as suas infraestruturas acima e abaixo do nível do solo; os seus espaços abertos e jardins; os seus padrões de uso do solo e a organização espacial; percepções e relações visuais; bem como todos os outros elementos da estrutura urbana. Também inclui práticas e valores sociais e culturais, processos económicos e as dimensões intangíveis do património relacionado com a diversidade e identidade.”

Esta candidatura fora aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara realizada em janeiro de 2016, segundo proposta subscrita pelos Vereadores Manuel Salgado e Catarina Vaz Pinto, articulada com os Deputados da Assembleia Municipal Simonetta Luz Afonso e Victor Gonçalves, presidentes da Comissão de Cultura e da Comissão de Urbanismo, respetivamente. Posteriormente foi aprovada pela Comissão Nacional da UNESCO, no âmbito da atualização da Lista Indicativa de Portugal, em maio de 2016.

Por outro lado, a candidatura “Lisboa Pombalina”, que integrava a Lista Indicativa de Portugal desde 2004, então designada Baixa Pombalina, foi reformatada e incluída na nova Lista Indicativa.

A área proposta corresponde ao plano de reconstrução da cidade, aprovado em 1758, incluindo a Baixa Pombalina entre o antigo Terreiro do Paço (hoje Praça do Comércio), a colina do Chiado e a área adjacente ao rio”.

Na candidatura “Lisboa histórica, cidade global” são definidos dois limites: Limite do Bem e o Limite da Zona Tampão. A área de intervenção do projeto em análise, designadamente o Jardim da Estrela integra a Zona Tampão, como se pode verificar na figura seguinte.



- 1) Jardim da Estrela

Figura 1 – Delimitação da candidatura “Lisboa Histórica, cidade global”²

4 ENQUADRAMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

4.1 Contexto global

A paisagem deverá ser considerada como um sistema dinâmico, onde os diferentes fatores naturais e culturais se influenciam entre si e evoluem em conjunto, determinando, e sendo determinados, pela estrutura global, o que resulta numa configuração particular de relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento. É resultante da «*expressão formal das numerosas relações existentes num determinado período entre a sociedade e um território definido topograficamente, sendo a sua aparência o resultado da ação, ao longo do tempo, dos fatores humanos e naturais e da sua combinação*» (Conselho da Europa, 2000).

A compreensão da paisagem implica o conhecimento de fatores como a litologia, o relevo, a hidrografia, o clima, os solos, a flora e a fauna, a estrutura ecológica, o uso do solo, assim como a apreensão da atividade humana ao longo

² Fonte: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/Unesco/3_Lisboa_Hist%C3%B3rica_Apresenta%C3%A7%C3%A3o_Lista_Indicativa.pdf

do tempo e da inter-relação que se estabelece entre os vários fatores e o sujeito, tal como descrito em “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental” trabalho desenvolvido pela Universidade de Évora para a Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano em 2004, *«a paisagem também é afetada por uma componente mais subjetiva, diretamente ligada ao observador e condicionando as sensações que ele experimenta quando está perante ela. Por isso se considera que a paisagem combina aspetos naturais e culturais, expressando e ao mesmo tempo suportando a interação espacial e temporal entre o homem e o ambiente, em toda a sua diversidade e criatividade. (...) A dimensão mais subjetiva da paisagem não pode ser esquecida porque sendo as paisagens europeias fortemente humanizadas, a sua futura gestão terá que considerar os sentimentos das comunidades que as mantêm e transformam, que delas vivem ou, simplesmente, as visitam e apreciam»*. (DGOTDU, 2004).

O relatório *European Landscapes*, elaborado para a Agência Europeia do Ambiente (Washer e Jongman, 2000), afirma que *“quer à escala local, regional, nacional, ou ainda internacional, as paisagens exprimem a unicidade e identidade de cada lugar (genius loci), refletindo tanto a história natural como cultural de um território, num determinado momento”*.

Caldeira Cabral et al 1978, estabelece uma distinção básica entre paisagem natural, como sendo o *“resultado da interação exclusiva dos fatores físicos e bióticos, anteriores à ação do Homem”*, tendo a consciência que se trata *“apenas de um conceito lógico sem existência no mundo”* e a paisagem humanizada *“resultante da ação multissecular, contínua ou intermitente, do homem sobre a paisagem natural, apropriando-a e modificando-a a fim de a adaptar pouco a pouco às suas necessidades, segundo a sua experiência, os seus conhecimentos e a sua intuição lhe foram ensinando, experiência transmitida de geração em geração”*.

A paisagem de uma dada região pode ser descrita em termos de unidades. As unidades de paisagem *“são áreas com características relativamente homogêneas, com um padrão específico que se repete no seu interior e que as diferencia das suas envolventes”* (DGOTDU, 2004). A delimitação destas pode depender da *“morfologia ou da natureza geológica, do uso do solo, da proximidade ao oceano, ou da combinação equilibrada de vários fatores. Uma unidade de paisagem tem também uma certa coerência interna e um carácter próprio, identificável no interior e do exterior”* (DGOTDU, 2004).

Segundo Cancela d'Abreu, P. Correia e R. Oliveira (2002) em *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, da DGOTDU, a área de estudo insere-se no Grande Grupo de Paisagem: M - Área Metropolitana de Lisboa – Norte. Dentro deste Grupo a área sobrepõe-se à Unidade “Lisboa” (77), que se subdivide em duas subunidades: “Centro Histórico” (77A) e “Envolvente do Centro Histórico”. Na Subunidade “Lisboa - Centro Histórico” (77A), a paisagem do núcleo histórico de Lisboa é muito marcada pela presença do rio Tejo, por um conjunto de colinas, com realce para a do Castelo de São Jorge, e pelos vales entre elas. Constituída por uma estrutura morfológica de colinas e vales abertos sobre o rio Tejo, a cidade teve durante séculos um desenvolvimento harmonioso relativamente ao local onde se integra, ajustando-se à topografia. Apesar de ter sofrido intervenções que

a desvirtuam, tem uma identidade muito forte e um peso histórico-cultural indiscutível, inerente a um centro histórico de grandes dimensões, com raízes bem antigas, com destaque para a baixa pombalina. Integram esta unidade a Baixa Pombalina, Chiado, Castelo e antigos bairros medievais e Avenidas Novas.

4.2 Contexto Local

A área de intervenção abrange a zona da Estrela, freguesia do concelho de Lisboa pertencente à zona do Centro Histórico. É considerado um bairro de carácter residencial constituído por casas antigas e que apresentam, no geral, um bom estado de conservação.

Destacam-se aqui alguns monumentos de interesse histórico, nomeadamente o Convento de Nossa Senhora da Estrela, Basílica da Estrela, alguns palácios e palacetes antigos, o cemitério inglês, como também o jardim Guerra Junqueiro, mais conhecido por jardim da Estrela e o jardim de São Bento. O Jardim da Estrela localiza-se geograficamente no topo do bairro, sendo o único ponto plano, enquanto todo o bairro se estende encosta abaixo, a sul do jardim. Pelo facto do bairro se localizar numa das encostas das colinas de Lisboa, parte das habitações existentes beneficia da sua localização em termos visuais porque consegue avistar parte da cidade e do rio Tejo.

De acordo com o PDM de Lisboa, a área de intervenção localiza-se numa área de Nível Arqueológico III, onde estão presentes os seguintes elementos patrimoniais:

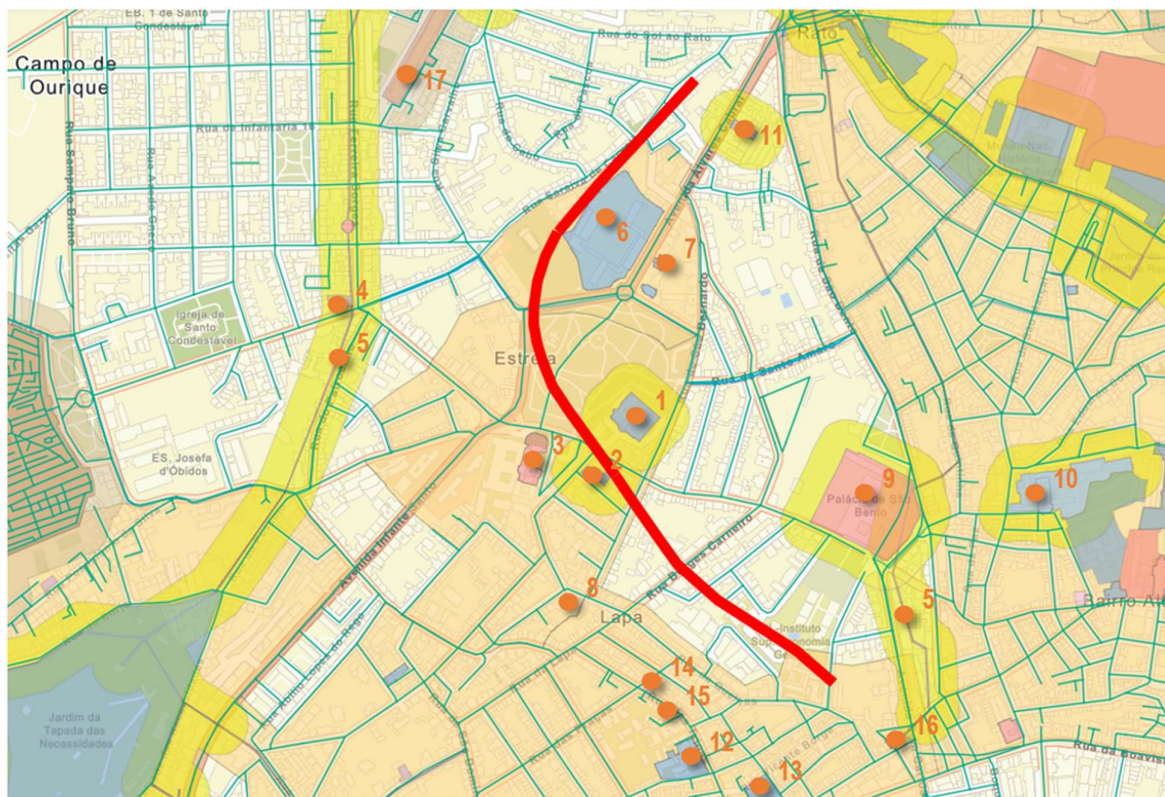


Figura 2 – Localização dos elementos patrimoniais

- 1) **Igreja e antigo Convento de Nossa Senhora da Estrela, atual Hospital Militar Principal**, classificado como monumento de interesse público pela Portaria n.º 250/2010, DR, 2.ª Série, n.º 67, de 7-04-2010;
- 2) **Prédio onde se situa a Casa-Museu João de Deus, incluindo o património móvel integrado da mesma**, classificado como monumento de interesse público pela Portaria n.º 97/2020, DR, 2.ª série, n.º 19, de 28-01-2020;
- 3) **Basilica da Estrela**, classificada como monumento nacional pelo Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910 / Decreto de 10-01-1907, DG, n.º 14, de 17-01-1907;
- 4) **Prédio na Rua Saraiva de Carvalho, 242-246**, classificado com Interesse Municipal pelo Decreto n.º 95/78, DR, I Série, n.º 210, de 12-09-1978;
- 5) **Aqueduto das águas livres** – Classificado como Monumento Nacional (Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002 / Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910);
- 6) **Antigo Liceu de Pedro Nunes**, classificado como monumento de interesse público pela Portaria n.º 282/2014, DR, 2.ª série, n.º 82, de 29-04-2014;
- 7) **Edifícios do Museu e Jardim-Escola João de Deus**, classificados como monumento de interesse público pela Portaria n.º 740-F/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012;
- 8) **Casa dos Açores**, em vias de classificação;
- 9) **Palácio de São Bento, escadaria exterior e jardim confinante com a residência do Primeiro-Ministro**, classificado como monumento nacional pelo Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002;
- 10) **Conjunto constituído pelo antigo Convento de Nossa Senhora de Jesus e restos da cerca conventual, incluindo a Igreja de Nossa Senhora de Jesus, também designada por Igreja Paroquial das Mercês, a Academia das Ciências, o Museu Geológico do Laboratório**, classificado como conjunto de interesse público pela Portaria n.º 1176/2010, DR, 2.ª Série, n.º 248, de 24-12-2010;
- 11) **Edifício do antigo Jardim Cinema, nomeadamente a zona do monumental salão de jogos, na Avenida Álvares Cabral, 33 a 37**, classificado como imóvel de interesse público pelo Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002;
- 12) **Edifício do extinto Convento das Trinas do Mocambo**, classificado como imóvel de interesse público pelo Decreto n.º 32 973, DG, I Série, n.º 175, de 18-08-1943;
- 13) **Abadia de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo (antiga), também denominada «Convento das Bernardas do Mocambo» ou «Real Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo»**, classificada como imóvel de interesse público pelo Decreto n.º 2/96, DR, I Série-B, n.º 56, de 6-03-1996;
- 14) **Edifício na Rua das Trinas, 70 a 80, tornejando para a Rua das Praças, 5 a 7**, em vias de classificação para interesse municipal - Edital n.º 2/2015 de 15-01-2015 da CM de Lisboa, publicado no Boletim Municipal n.º 1092 de 22-01-2015;
- 15) **Edifício na Rua das Trinas, 67 a 73**, em vias de classificação para interesse municipal - Edital n.º 46/2013 de 7-08-2013 da CM de Lisboa, publicado no Boletim Municipal n.º 1017 de 16-08-2013;
- 16) **Chafariz da Esperança, classificado como Monumento Nacional** pelo Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910;
- 17) **Núcleo de génese pombalina do Quartel de Campo de Ourique** – Em vias de classificação (Anúncio n.º 118/2017, DR, 2.ª série, n.º 134, de 13-07-2017.

Na área de intervenção são também identificados os seguintes elementos considerados como património paisagístico:

- 1) Cemitério Inglês
- 2) Jardim da Estrela ou Jardim Guerra Junqueiro, que data do sec. XIX (1842), tendo sido mandado construir por iniciativa do estadista Bernardo da Costa Cabral, Marques de Tomar. E um jardim naturalista de concessão romântica, inspirado no tipo de parque a inglesa.

No contexto local, importa também referir a integração e valorização do património paisagístico, arqueológico e arquitetónico no PDM de Lisboa³. A estrutura patrimonial municipal integra os bens culturais imóveis de interesse arquitetónico, histórico, paisagístico, arqueológico e geológico que, pela sua particular relevância, devem ser

³ PDM de Lisboa, Aviso n.º 11622/2012 de 30 de agosto

especialmente tratados e preservados no âmbito dos atos de gestão e planeamento, com vista à respetiva valorização e integração urbana. Os bens culturais imóveis de interesse predominantemente arquitetónico, histórico e paisagístico, incluem: i) Imóveis e conjuntos arquitetónicos; ii) Objetos singulares e lojas de referência histórica e/ou artística; iii) Património paisagístico, que integram a Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico.

De acordo com o artigo 26º do PDM, as intervenções sobre os bens da estrutura patrimonial municipal devem privilegiar a sua conservação e valorização, a longo prazo, de forma a assegurar a sua identidade e a evitar a sua destruição, descaracterização ou deterioração. O artigo 27º define os princípios orientadores: respeitar quer a morfologia e as estruturas urbanas na sua interligação com o território envolvente, quer as características arquitetónicas substanciais dos imóveis que contribuem para a continuidade urbana, incluindo a morfologia, a volumetria, a altura das fachadas, o cromatismo e os revestimentos. Deve ser privilegiada a conservação do edificado para a preservação da identidade cultural e histórica da cidade, assente numa lógica de conservação não apenas de bens isolados da Carta Municipal do Património, mas também dos edifícios de acompanhamento que com eles compõem uma unidade urbana, entre outros.

De acordo com a artigo 32º, “O património paisagístico é constituído por jardins, miradouros, tapadas, azinhagas, cemitérios, quintas, cercas, parques e casais agrícolas com características tipológicas, paisagísticas, culturais e históricas singulares que lhes conferem valor patrimonial e ambiental, justificando-se a sua preservação para a conservação da identidade cultural e histórica da cidade e para a qualidade de vida das populações. As intervenções sobre o património paisagístico têm de privilegiar a espacialidade resultante dos momentos históricos, ter um carácter reversível e ser objeto de projeto de espaços exteriores que respeite os sistemas de vegetação, de relevo e da circulação da água. A estrutura morfológica e urbana das azinhagas tem de ser preservada, qualificada do ponto de vista paisagístico, integrada nos tecidos urbanos envolventes e reutilizada, preferencialmente para percursos de uso exclusivo pedonal e ciclável, salvo em situações de interesse público”.

As áreas de valor arqueológico Nível Arqueológico III, encontram-se definidas no n.º 4 do artigo 33º, para os quais “a Câmara Municipal, mediante parecer técnico-científico, pode sujeitar as operações urbanísticas que tenham impacto ao nível do subsolo a acompanhamento presencial da obra e à realização de ações ou trabalhos, com vista à identificação, registo ou preservação de elementos de valor arqueológico eventualmente existentes no local”.

5 ANÁLISE DO PROJETO

O território onde se desenvolve o Lote 1 não foi objeto de alterações dos elementos que compõem a paisagem urbana, quer de carácter temporário, quer de carácter permanente.

De salientar que o território urbano em apreço se insere, segundo Cancela d’Abreu et al (2004) na subunidade de paisagem 77a Centro Histórico, sendo como tal um espaço urbano consolidado, com identidade própria e um valor

histórico e cultural significativo, com uma coerência de usos. Embora a subunidade seja marcada por alguma pobreza ecológica e exiguidade de espaços verdes, na área de análise destaca-se a presença do Jardim Guerra Junqueiro (Jardim da Estrela), que além dos elementos patrimoniais presentes. Dadas estas características cénicas e da relação de fruição estabelecida com a população não são expectáveis por parte dos utentes destes espaços o surgimento de novos elementos, que constituam uma intrusão visual ou desvirtuem o espaço avistado.

O impacto na paisagem decorre, na fase de construção da presença dos estaleiros nas frentes de obra e na fase exploração dos elementos emergentes à superfície. Os locais onde se localizam elementos emergentes à superfície são o PV208, Estação da Estrela e o PV213. Para estes é importante identificar a acessibilidade visual a partir do exterior, a qual é determinada pela bacia visual. Numa área urbana, em particular, a acessibilidade visual é determinada pelo relevo e pela ocupação do solo, pela largura dos arruamentos, alinhamento e cêrceas dos edifícios e tratamento paisagístico dos espaços exteriores.

No Relatório Base do RECAPE poderão ser consultados em detalhe os impactes decorrentes da implantação do projeto, para os descritores da paisagem, do património e afetação do material vegetal, nas fases de construção e exploração.

Neste capítulo apresenta-se uma análise do projeto das componentes à superfície localizadas em espaço público, com a envolvente, do ponto de vista paisagístico, de forma a minimizar os impactes no património, na vegetação, e na bacia visual.

5.1 Poço de Ventilação (PV) 208

O poço de ventilação PV208 é uma infraestrutura já existente, que se insere atualmente no jardim junto ao gradeamento da escola secundária Pedro Nunes, virada para a Avenida Álvares Cabral.

Em termos de património, verifica-se a presença do Antigo Liceu de Pedro Nunes, atual Escola Secundária de Pedro Nunes, incluindo os jardins, os campos de jogos, o pavilhão gimnodesportivo e o refeitório (Monumento de Interesse Público).

A acessibilidade visual é limitada, e circunscrita, no entanto, tratando-se de uma artéria da capital muito movimentada, o número de observadores móveis é elevado, bem como o número de observadores fixos, os alunos, professores e funcionários da ES Pedro Nunes. Na bacia visual do PV208 localizam-se, os Edifícios do Museu e Jardim-Escola João de Deus, classificados como monumento de interesse público pela Portaria n.º 740-F/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012 e o Antigo Liceu de Pedro Nunes, classificado como monumento de interesse público pela Portaria n.º 282/2014, DR, 2.ª série, n.º 82, de 29-04-2014.

Relativamente à vegetação, junto ao gradeamento do jardim, verifica-se a presença de um maciço arbustivo dominado por exemplares de grande porte de ligustro-do-japão (*Ligustrum japonicum*) e a envolver a parede do poço, um maciço arbustivo de loendros (*Nerium oleander*), de pequeno e médio porte; junto ao gradeamento e dispersos pelo jardim,

existem árvores de médio porte, lódãos (*Celtis australis*), 1 cepo e dois espiques de palmeira das Canárias (*Phoenix canariensis*), um pinheiro manso (*Pinus pinea*), uma palmeira das Canárias (*Phoenix canariensis*), de pequeno porte, um castanheiro-da-Índia (*Aesculus hippocastanum "carnea"*) de grande porte; a limitar o jardim, a Nascente, existe um canteiro sobrelevado com 3 plátanos (*Platanus spp*) de grande porte e copas generosas proporcionando sombra a metade da área de jardim. Globalmente encontram-se em razoável/bom estado, mas nenhum exemplar se encontra classificado.

A intervenção a realizar no jardim da Escola Secundária Pedro Nunes visa criar uma frente de ataque à obra, que originará a demolição da laje que cobre a metade Nascente da cobertura do poço, para permitir instalar os meios de elevação (pórtico ou grua) que movimentarão os equipamentos e os materiais alocados àquela frente de obra e a remoção dos materiais das demolições e escavações; esta intervenção pretende também duplicar a ventilação.

Com a implementação do projeto haverá um ajustamento da infraestrutura existente, o estaleiro ocupará toda a área de estacionamento e jardim até ao gradeamento com a Av^a Álvares Cabral e ocorrerão impactes negativos decorrentes da instalação e máquinas em particular o pórtico para a remoção e descarga de terras que terá uma altura total de cerca de 14,50 m, que constituirá uma barreira visual acentuada para o exterior e que será percecionada em todos os pisos da Escola Secundária Pedro Nunes.

Em termos de património, verifica-se que não é afetado o imóvel, apenas é afetada a respetiva ZEP, pois a escavação do túnel (T33) é feita em profundidade. Apenas o edifício do Liceu Pedro Nunes sofrerá uma descontextualização temporária.

Relativamente à vegetação, verifica-se a necessidade de abate, transplante e poda de alguns exemplares arbóreos e arbustivos. Será necessário abate de 3 exemplares de *Phoenix canariensis*, 3 *Ligustrum japonicum*, transplante de 4 *Nerium oleander*, 4 *Myrtus communis*, 3 *Celtis australis* e a poda dos 3 exemplares de *Platanus spp*, localizados no canteiro sobrelevado que limita o jardim a nascente.

Os espaços verdes e respetivos exemplares arbóreos e arbustivos que não serão intervencionadas, serão vedados e sinalizados evitando afetações para além das previstas e minimizando a deposição de poeiras e partículas nestes espécimes. As vedações e sinalizações só serão removidas após finalização da obra.

O Projeto de Execução de Arquitetura Paisagista a ser desenvolvido no âmbito da Empreitada de Conceção e Construção dos Acabamentos e Sistemas, será desenvolvido em conformidade com a solução de projeto apresentada em RECAPE que prevê a requalificação do jardim na envolvente do poço de ventilação e acesso técnico do ML visa no essencial a reposição do terreno com igual modelação, do revestimento relvado e dos arbustos plantados em maciço, da rede de rega e demais infraestruturas instaladas na zona verde.

Será ainda implementado o Plano de Monitorização que avaliará o grau de interferência do projeto nos exemplares arbóreos com necessidade de poda e nos exemplares arbóreos a manter/proteger localizados na proximidade imediata da obra.

5.2 Envolverte à Estação da Estrela

O espaço urbano envolvente à futura Estação da Estrela, caracteriza-se pela presença do Monumento Nacional da Basílica da Estrela e dos Monumentos de Interesse Público do antigo Hospital Militar Principal (Igreja e Antigo Convento de Nossa Senhora da Estrela), atualmente propriedade do Ministério da Defesa Nacional, que confina a Nascente do Jardim Público da Estrela, onde ocupa uma área total de 1,6ha.

O Jardim Público da Estrela (Jardim Guerra Junqueiro), que se constitui como um ponto marcante do espaço – jardim naturalista de conceção romântica e notável património vegetal, construído em meados do séc. XIX, que ocupa um quarteirão do bairro da Estrela/Lapa, numa área total de 4,7ha – cotado como jardim de bairro, está apetrechado com equipamento adequado, um parque infantil, um coreto, um restaurante com esplanada, o quiosque da Biblioteca Jardim, a Creche do Jardim da Estrela, um miradouro e um edifício que alberga as instalações sanitárias e as de apoio ao jardim; trata-se de um espaço singular de estada, de recreio e de eventos, de forte utilização por parte não só dos moradores do bairro, como também da população lisboeta e, por isso, de grande importância social, económica e cultural. À data, não existe arvoredado classificado no Jardim da Estrela, no entanto, este jardim tem um conjunto de arvoredado quase único na cidade, com a presença de exemplares autóctones e exóticos de grande valor patrimonial. A sua manutenção é da competência da Câmara Municipal de Lisboa (C.M.L.).

O jardim do logradouro do antigo Hospital Militar Principal constitui-se como um plano verde inclinado, de forma retangular, revestido por um relvado e dividido a meio por um caminho que desemboca na escadaria do edifício principal; quatro exemplares colunares de palmeiras (*Washingtonia filifera*) de grande porte destacam-se no centro do espaço verde, dispostos de forma geométrica; dois alinhamentos de ligustro (*Ligustrum lucidum*), exemplares adultos de grande porte, plantados no limite do espaço verde dão força ao caminho central.

Nesta zona da cidade, a circulação de tráfego é intensa na Calçada da Estrela (rede viária de transportes públicos, autocarros, elétrico, táxis e privados) e pedonal; no cruzamento existente a Poente, convergem quatro importantes vias, a Calçada da Estrela, a Rua Domingos Sequeira (ascendente para o bairro de Campo de Ourique), a Rua da Estrela (que limita a Poente o Jardim da Estrela) e a Av. Infante Santo (descendente para a Av. 24 de Julho). Destaca-se também a frente urbana consolidada a Sul, na continuidade da Basílica da Estrela e a diversidade de comércio e serviços disponibilizados.

Em termos de património verifica-se a presença da Igreja e antigo Convento de Nossa Senhora da Estrela, atual Hospital Militar Principal, classificado como monumento de interesse público pela Portaria n.º 250/2010, DR, 2.ª Série, n.º 67, de 7-04-2010 a Basílica da Estrela, classificada como monumento nacional pelo Decreto de 16-06-1910, DG,

n.º 136, de 23-06-1910 / Decreto de 10-01-1907, DG, n.º 14, de 17-01-1907 e o Prédio onde se situa a Casa-Museu João de Deus, incluindo o património móvel integrado da mesma, classificado como monumento de interesse público pela Portaria n.º 97/2020, DR, 2.ª série, n.º 19, de 28-01-2020 e o Jardim da Estrela, classificado como património paisagístico pela C.M.L.

A Estação da Estrela apresentada em Estudo Prévio e avaliada em EIA foi alterada em fase de aditamento/elementos adicionais (Anexo 8 do EIA), verificando-se a alteração ao nível dos elementos emergentes à superfície.

O acesso à estação da Estrela far-se-á pelo piso térreo do antigo edifício da farmácia do hospital, eliminando o átrio e respetiva estrutura de entrada no logradouro do Hospital Militar. A saída e emergência prevista no Estudo prévio na Rua São Bernardo foi realocada para o interior do poço principal da Estação da Estrela, o que permite uma menor afetação do espaço urbano, quer na fase de construção, quer na fase de exploração.

O corpo da estação Estrela será construído integralmente em caverna (NATM) e a grande profundidade (50m). O poço de ataque a realizar “a céu aberto” localiza-se no espaço do jardim-logradouro do antigo Hospital Militar. Constituiu uma preocupação do Projeto de Execução, circunscrever a realização da obra ao espaço do logradouro do HMP, de modo a reduzir os constrangimentos no espaço e vida pública. Assim, a construção da Estação Estrela interferirá no perímetro das instalações do Antigo Hospital Militar em 2 pontos distintos:

- Ocupação parcial (cerca de 2/3 do total) do r/chão do edifício existente da Antiga Farmácia confinante com a Praça e Jardim da Estrela para a implantação do acesso principal à Estação;
- Ocupação total do jardim do logradouro, para a execução do poço central da estação (ext. = 29.40m), que se constitui como acesso à Estação, concentrando a maioria das suas funcionalidades e servirá como principal “poço de ataque” durante a execução da obra.

A instalação do núcleo de acessos no r/chão do edifício da Antiga Farmácia determinará a realização de um volume de escavação sob aquele edifício em cerca de 2/3 da área de implantação, a partir do lado Norte. Os trabalhos de escavação a realizar sob o edifício para a construção de um piso enterrado e que envolverão o recalce das paredes exteriores a preservar e a edificação de novos elementos estruturais de reforço e contenção do edifício, ocorrem junto ao muro do HMP confinante com o Jardim da Estrela e com o maciço arbóreo existente.

A implantação proposta do poço central da Estação e a sua execução “a céu aberto” no jardim do logradouro do antigo HMP interferirá com o edifício da Portaria existente, com um PT de abastecimento elétrico do antigo hospital, com um muro e uma cobertura existentes ao longo da fachada Nascente do edifício da Antiga Farmácia e com o edifício do Hostel e respetivos anexos confinantes a Nascente. Contrariamente, do lado Poente, está prevista a preservação e proteção do muro limite de propriedade do antigo HMP, confinante com o Jardim da Estrela, que funcionará como uma “barreira” ao avanço da obra para o espaço do Jardim, designadamente, dos trabalhos de reforço previstos para

o edifício da Antiga Farmácia, conforme indicação da Câmara Municipal de Lisboa e que se encontra plasmada da DIA a obra não afetará o espaço do Jardim da Estrela.

Tratando-se de uma zona de grande afluência de população e com grande interesse turístico, pelo fato de estar inserida na zona histórica da cidade, o número de observadores móveis é muito elevado. No entanto, e tendo em atenção aos principais pontos de atração, a Basílica da Estrela e Jardim da Estrela estes não serão desvirtuados de modo significativo, uma vez que nas principais linhas de observação não será percecionado o estaleiro. Em relação à Igreja e antigo Convento de Nossa Senhora da Estrela, a presença do estaleiro alterará drasticamente a envolvente atual do local, impedido a sua fruição. No entanto, é de salientar que este monumento não se encontra aberto ao público e sem prejuízo do seu valor patrimonial, não é um elemento de atração à zona da Estrela. Em relação aos observadores fixos com acessibilidade sobre o local, o impacte será negativo muito significativo. Os observadores fixos localizam-se na Rua João de Deus e nos prédios ao cimo da Calçada da Estrela. O seu número é reduzido pelo que o impacte será de magnitude reduzida.

O estaleiro ocupará toda a área do logradouro do Hospital Militar e implicará a remoção do material vegetal. Os equipamentos e máquinas a instalar, em particular o pórtico para a remoção e descarga de terras que terá uma altura total de cerca de 14,50 m constituirá uma barreira visual acentuada.

Relativamente à vegetação, verifica-se a necessidade de abate, transplante e poda de alguns exemplares arbóreos e arbustivos. Será necessário abate de 2 exemplares de *Ficus elástica*, 8 *Ligustrum lucidum*, 4 *Nerium oleander*, 4 *Washingtonia filifera*, 1 *Phoenix canariensis*, transplante de 1 exemplar de *Yuca aloifolia*, 1 *Escallonia* sp, 1 *Hibiscus syriacus*, 2 *Juniperus* sp, 1 *Prunus spp* e um exemplar cuja espécie não foi possível identificar.

Para a execução da obra verifica-se a necessidade de podar exemplares arbóreos localizados no Jardim da Estrela, junto ao muro, designadamente: 1 exemplar *Apollonia barbujana*, 1 *Corinocarpus laviegata*, 2 exemplares de *Ficus macrophylla* e 2 arbustos de porte arbóreo (espécie não identificada).

O Projeto de Execução de Arquitetura Paisagista a ser desenvolvido no âmbito da Empreitada de Conceção e Construção dos Acabamentos e Sistemas, será desenvolvido em conformidade com a solução de projeto apresentada em RECAPE que prevê que após a execução da obra do ML, não seja possível repor o jardim e replantar os exemplares arbóreos conforme atualmente existente, uma vez que se dispõe de um recobrimento médio de solo inferior a 1.0 m entre a superfície e a laje de cobertura da estação. Propõe-se que o talude seja revestido por um relvado e que na fase de projeto de execução e em conjunto com as diferentes especialidades (Arquitetura, Estruturas, Redes, Mecânica) sejam encontradas soluções para a otimização do recobrimento do solo, com verdadeiros benefícios para o espaço público, para o ambiente e para o usufruto dos utentes.

Será ainda implementado o Plano de Monitorização que avaliará o grau de interferência do projeto nos exemplares arbóreos com necessidade de poda e nos exemplares arbóreos a manter/proteger localizados na proximidade imediata da obra, no Jardim da Estrela e no canteiro junto à escadaria do edifício principal do HMP.

5.3 Poço de Ventilação (PV) 213

O Poço de Ventilação 213 será construído no interior do espaço do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), no canto sudoeste do edifício da antiga cantina que confina com a Rua Jorge Alves. O PV213 ficará ligado ao túnel onde o Plano Base de Via (PBV) se encontra a 43 metros de profundidade.

O ISEG está inserido numa malha urbana consolidada, residencial, de serviços e de comércio, da qual se destacam os edifícios do Lar da Criança, da Junta de Freguesia da Estrela, do Supermercado Pingo Doce, do Lavadouro das Francesinhas (instalações C.M.L.) e da Polícia de Segurança Pública (PSP - 3.ª Esquadra Lapa); o ISEG confina a nordeste com o Jardim de S. Bento, a nascente com a Rua das Francesinhas, onde se localiza a entrada principal daquele Instituto, a sul-poente com a Rua Jorge Alves e a Rua do Quelhas e a norte com a Travessa e Rua Miguel Lupi e o edifício da Polícia de Segurança Pública.

As instalações do ISEG são compostas por cinco edifícios organizados num campus: os edifícios Francesinhas I e II que enformam um pátio, o Quelhas, que corresponde ao antigo Convento de Santa Brígida, a Biblioteca Pereira de Moura e o Edifício Bento de Jesus Caraça, implantados em diferentes níveis altimétricos.

Refira-se que neste local não existe património classificado ou em vias de classificação na envolvente próxima.

Verifica-se a presença de maciços arbóreos de grande porte enformam os espaços em cada uma das plataformas: na plataforma confinante com a Rua Jorge Alves, um canteiro contíguo ao muro existente a sul, plantado com árvores de folha caduca e persistente, forma uma cortina densa e o pano de fundo do espaço do parque de estacionamento; um talude com forte pendente e densamente plantado liga a cota da Rua Miguel Lupi à plataforma onde se encontram implantados os edifícios Francesinhas I e II e remata a escadaria nordeste do ISEG adoçada ao edifício da Biblioteca; um lodão (*Celtis australis*) de muito grande porte plantado em caldeira é marcante na fachada nascente do edifício da antiga cantina (novo Edifício de Investigação), que é também enquadrado a nordeste por canteiros plantados com maciços arbustivos, donde se destacam algumas palmeiras com espiques exuberantes. Um alinhamento perene de zambujeiros (*Olea europaea var sylvestris*) delimita o muro norte do ISEG que confina com a Rua Miguel Lupi.

A localização do PV 213 apresentada em Estudo Prévio e avaliada em EIA foi alterada, tendo sido deslocada para montante para o PK 1+107,486, ainda dentro das instalações do ISEG para o local onde se situa atualmente a cantina

velha. Esta localização confina com as traseiras dos edifícios da Travessa Miguel Lupi que são dois edifícios de habitação e a esquadra da PSP.

A bacia visual afeta ao PV213 é à semelhança das anteriores também bastante reduzida. A ocupação envolvente é exclusivamente habitacional, o que se traduz num número de observadores móveis para o local muito reduzido. No entanto, a grande proximidade a equipamentos de grande dimensão de observadores fixos, com o pórtico e gruas configura um impacto negativo muito significativo criando um efeito barreira e de parede muito evidente, que além da degradação estética do espaço avistado provocará ensombramento nos pisos superiores dos edifícios da Travessa Miguel Lupi. Este efeito embora também afete os pisos inferiores não configura uma situação nova, uma vez que os pisos inferiores presentemente já são afetados pelo tardoz do edifício da cantina.

Pese embora o agravamento dos impactos na fase de construção que decorrem da alteração da localização do PV213 é de relevar a demolição da Cantina Velha. Trata-se de um edifício com cobertura em material contendo amianto, de volumetria significativa, desvalorizador do espaço cénico, pelo que a sua remoção é um impacto positivo que advém da alteração da realocação do PV213.

Previamente à execução do poço, será necessário proceder à demolição do Edifício da Antiga Cantina e à demolição parcial da escada que dá acesso àquele edifício pelo lado nordeste. Será mantida a rampa e a escada existentes no lado sudeste do edifício, bem como o canteiro enformado pelas duas escadas.

O poço do ML apresenta em planta a forma de meio cilindro de diâmetro exterior de 18.00m, possuindo uma altura total de 5,50 m, na frente virada para a Rua Jorge Alves e de 12,00 m (frente mais alta da cobertura) no interior do espaço do ISEG, na plataforma do antigo edifício da cantina que se encontra à cota 49,50. O encaixe tangente da forma circular do edifício do PV, no canto enformado pelos muros do ISEG, gera um vazio de geometria triangular. A proposta preliminar de arquitetura paisagista prevê a implantação de uma floreira, para a qual terá que ser previsto um enchimento com terra vegetal, de molde a permitir a posterior plantação de um maciço vegetal.

À semelhança das outras áreas afetadas pela emergência das novas estruturas do ML e para as quais se prevê a reposição tanto quanto possível dos espaços envolventes, com manutenção das circulações e funcionalidades existentes, também se propõe a reposição do espaço público na envolvente do PV213, designadamente, na zona do passeio da Rua Jorge Alves, com a reconstrução do caminho que contorna o edifício a noroeste e que liga a Travessa Miguel Lupi à Rua Jorge Alves e a reformulação da escada nele integrada, para compatibilização do patim de chegada da mesma, à cota de soleira do acesso técnico do PV de 55.70 no passeio daquela rua. Propõe-se também a preservação do canteiro que remata a escada na zona do alargamento do passeio.

6 MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

De acordo com o Descritor do Património, elaborado no âmbito do Recape, os trabalhos arqueológicos efetuados, quer de prospeção quer de sondagens de diagnóstico, não levaram ao registo de contextos arqueológicos e/ou patrimoniais relevantes. No entanto, dada a sensibilidade da área em análise e dando cumprimento às medidas estipuladas na DIA, é proposto como medida de minimização e salvaguarda o acompanhamento arqueológico de todo e qualquer trabalho de movimentação de terras e afetação de solo até à cota de substrato geológico que vier a ser efetuado no âmbito da fase de execução do projeto.

Relativamente ao património edificado, a análise efetuada permitiu apurar que não está prevista qualquer afetação, com exceção do edifício anexo ao Hospital Militar Principal, onde será construída a nova estação da Estrela. Em adição aos trabalhos de acompanhamento arqueológico das escavações e movimentações de terras que serão efetuados na fase de execução do projeto neste local, deverão ainda ser acompanhados os trabalhos relacionados com o edificado em presença de forma a salvaguardar este património.

Deverá ser elaborado um plano para todas as ações a serem desenvolvidas em fase de obra, nomeadamente com a representação cartográfica do local de implantação dos estaleiros, dos corredores de acesso das maquinarias, das zonas a intervencionar e dos valores patrimoniais a preservar.

Deverá ser realizado um programa de ação de formação/sensibilização patrimonial dirigido aos trabalhadores e responsáveis envolvidos na execução da empreitada, sobre a importância e sensibilidade arqueológica das áreas de intervenção e zonas envolventes e quais os cuidados a ter com a gestão e proteção do património cultural referenciado.

O espaço para implantação dos estaleiros no PV208 e Estação da Estrela é muito exíguo, o que limita por si só a ocupação, no entanto, esses espaços deverão ser limitados e vedados, restringindo ao máximo a afetação da ocupação do solo, em qualquer das áreas com intervenções à superfície, minimizando a alteração do edificado existente. Os materiais a utilizar devem adotar cores tendencialmente neutras ou com recurso a motivos, e tratamento plástico (estético), que se coadunem com o meio urbano, mas também como elementos valorizadores do espaço onde se inserem.

As estruturas emergentes, acessos, escadarias, muros, alas, muretes, caixas de elevadores e poços de ventilação devem, preferencialmente, utilizar os materiais já presentes no espaço público, no sentido de valorizar a vertente integrativa e potenciar a qualidade do espaço público existente. Os elementos a introduzir pelo Metropolitano à superfície devem evitar protagonismo excessivo, o desvirtuar da hierarquia dos elementos urbanos.

Embora os Projetos de Execução de Integração Paisagística não se encontrem, à data, desenvolvidos, o ML possui um levantamento da identificação de materiais e respetivos fornecedores de materiais reciclados aplicáveis em

isolamentos termoacústicos, revestimentos e pavimentos e materiais plásticos que deverão ser preferencialmente utilizados.

Deverão ser repostas as áreas de espaço público afetadas. Eventuais alterações devem privilegiar a utilização de materiais - inertes e vivos - de elevada qualidade/durabilidade; a continuidade formal e visual/estética de materiais; a não interrupção do desenho do espaço público existente e a adoção de soluções que não conduzam à descaracterização e à perda de identidade dos locais objeto de intervenção.

Como referido anteriormente, haverá afetação do material vegetal, designadamente abate, transplante e poda de exemplares arbóreos e arbustivos. Relativamente ao material vegetal propõem-se as seguintes medidas:

- Vedar e sinalizar os espaços verdes e respetivos exemplares arbóreos e arbustivos do Liceu Pedro Nunes, Jardim da Estrela e ISEG que não serão intervencionadas, evitando afetações para além das previstas e minimizando a deposição de poeiras e partículas nestes espécimes. As vedações e sinalizações só devem ser removidas após finalização da obra.
- Para os exemplares a transplantar e antes de proceder ao transplante deve definir-se o local, em articulação com a C.M.L., que deverá ser escolhido tendo em consideração questões como a textura, pH do solo, humidade. O fator mais importante no transplante é evitar o mínimo possível de estragos nas raízes e ter em conta que as plantas jovens e pequenas são mais fáceis de transplantar do que as mais velhas e as mais enraizadas.
- Para os exemplares a podar, prever a melhor técnica, em articulação com a C.M.L e empresa especializada e ter em conta a melhor época (outubro-novembro; fevereiro-março)
- No processo de escavação do "poço de ataque" no antigo edifício da Farmácia devem ser minimizadas as vibrações da escavação e a difusão de partículas e poeiras no ar que se vão depositar na superfície foliar do arvoredo do jardim da estrela. Assim, devem ser previstas, redes e telas que envolvam os locais de escavação para fixação e retenção das poeiras. Estas deverão ser substituídas periodicamente. Os resíduos gerados serão encaminhados a destino final por operador de gestão de resíduos autorizados.
- Sempre que existam intervenções no solo, deverá ser respeitada uma zona de proteção das árvores, preservando o sistema radicular, atuar de forma faseada e com celeridade, para minimizar o risco de expor ao ar as raízes. Estes trabalhos deverão ser efetuados preferencialmente na época de Outono/Inverno.
- Assegurar a assistência técnica à Obra, por um Arquiteto Paisagista responsável e por especialistas em vegetação, de forma a avaliar e monitorizar o estado do material vegetal, implementando novas medidas, sempre que se considere necessário.

7 CONCLUSÃO

A área de intervenção do projeto em análise é abrangida pela candidatura “Lisboa Histórica, Cidade Global” da Câmara Municipal de Lisboa a Património da Unesco e integra a Lista Indicativa de Portugal ao Património Mundial, desde 2016. Pretendeu-se com a presente análise avaliar o projeto, em particular, as componentes à superfície localizadas em espaço público, com a envolvente, do ponto de vista paisagístico, de forma a minimizar os impactes no património, na vegetação, e na bacia visual.

Em termos de enquadramento paisagístico, e embora o projeto de execução ainda não se encontre desenvolvido, a proposta preliminar de requalificação do jardim na envolvente do poço de ventilação 208 visa no essencial a reposição do terreno com igual modelação, do revestimento relvado e dos arbustos plantados em maciço. Relativamente ao património, verifica-se que o imóvel classificado não será afetado, apenas é afetada a respetiva ZEP, prevendo-se uma descontextualização temporária do Liceu Pedro Nunes na fase de construção.

Relativamente à Estação da Estrela, o projeto foi alterado. As alterações foram no sentido de eliminar qualquer interferência com o Jardim da Estrela, ou seja, a saída da estação para o jardim não foi considerada. Por outro lado, e por forma a eliminar a existência de novos elementos estruturais na paisagem urbana e em particular na Zona Especial de Proteção de património classificado alterou-se a o local da saída da estação da Estrela eliminando-se a estrutura prevista para o logradouro do HMP. A saída processar-se-á pelo interior do edifício da Farmácia já existente.

A construção da Estação da Estrela implicará a eliminação do material do vegetal existente, no entanto, a área do HMP, atualmente vedada, será transformada num novo espaço público, para o qual o conceito adotado, de acordo com o Programa preliminar de arquitetura paisagista, será a de um talude revestido por um relvado. Este novo conceito embora disruptivo com a ocupação anterior, permite uma maior visualização da fachada da igreja do antigo Convento de Nossa Senhora da Estrela, podendo ser uma oportunidade para valorizar este espaço.

Relativamente à construção do PV213, a nova localização contribuirá para a eliminação de uma infraestrutura desvalorizadora do enquadramento cénico, prevendo-se um aumento da bacia visual. Neste local não existe património classificado ou em vias de classificação na envolvente próxima.

Face ao exposto, considera-se que o projeto em análise, foi alterado e desenvolvido, no sentido de não afetação direta de património, bem como de uma menor afetação possível do espaço urbano, mantendo a integridade da paisagem histórica urbana. A implementação do projeto irá contribuir de forma significativa e positiva, para o aumento da qualidade visual e aumento de áreas de espaço público, mantendo-se válida a Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana, aprovada pela UNESCO a 10 de novembro de 2011: “ *integrar os valores do património urbano e o seu estado de vulnerabilidade num quadro mais amplo de desenvolvimento urbano, que deverá dar indicações sobre as áreas de sensibilidade patrimonial que requerem atenção cuidada relativamente ao planeamento, conceção e implementação de projetos de desenvolvimento.*”

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Câmara Municipal de Lisboa – Plano Diretor Municipal (2012)
<https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/conteudo-documental>
- Câmara Municipal de Lisboa – Candidatura à Unesco
<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/candidaturas-a-unesco>
- Comissão Nacional da UNESCO (2011) – Portugal – Ministério dos Negócios Estrangeiros
https://www.unescoportugal.mne.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf
- Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004, “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental” - Universidade de Évora.
- Washer e Jongman, 2000. *European Landscapes, elaborado para a Agência Europeia do Ambiente.*